## DIÁRIA NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 763447 PORTARIA: 2364/2014

Objetivo: REALIZAR VISTORIA TÉCNICA EM POSTOS DE GASOLINA; AO MOTORISTA: CONDUZIR VEÍCULO OFICIAL. Fundamento Legal: DECRETO Nº 734/1992, LEI 5.810/1994, ART. 145 A 149 E ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 01/2008-AGE/PA. \*PRAZO PARA ENTREGA DE RELATÓRIO DE VIAGEM: 05 (CINCO) DIAS APÓS O RETORNO DA VIAGEM.

Origem: MARABÁ/PA - BRASIL

Destino(s):

PIÇARRA/PA - Brasil<br

Servidor(es):

572150792/ANAILDE FEITOSA CARVALHO (BIOLOGO) / 0.5 diárias (Completa) / de 14/10/2014 a 14/10/2014

59146021/CLAYTÓN DO ESPIRITO SANTO PANTOJA (MOTORISTA) / 0.5 diárias (Completa) / de 14/10/2014 a 14/10/2014 58956891/MARIA ARLETE MATOS DA COSTA (TECNICO EM

GESTAO DE MEIO AMBIENTE) / 0.5 diárias (Completa) / de 14/10/2014 a 14/10/2014<br/>br

Ordenador: JOSÉ ALBERTO DA SILVA COLARES
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 763448

# NUMERO DE PUBLICAÇÃO: 763448 NOTIFICAÇÃO N° 26698/UNRE3/COGER/DIPLAN/2014 PROCESSO N° 2010/35082

FAZENDA AGUIA PERDIDA – FAZENDA AGUIA PERDIDA End: RODOVIA TRANSIRIRI A 180 KM DE SÃO FELIX DO XINGU APÓS A VILA CENTRAL

CEP: 68.385-000 - São Felix do Xingu-Pa

Em atenção ao processo protocolado na Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA, sob o nº. 2010/35082 em 16/12/2010, no qual foi solicitado **Licença de Atividade Rural (LAR)** para Bovinocultura (código da atividade: 0105-2), no município de São Félix do Xingú - PA, esta Unidade Regionalizada **notifica** V.Sa. a atender dentro do prazo de **120 dias**, através de Ofício, as exigências abaixo relacionadas, para que possamos dar prosseguimento à análise do referido processo: Pendências

"Quanto aos documentos apresentados, em análise perfunctória, pode-se verificar ausência e irregularidade nos seguintes:"

- 1. Mapa e memorial descritivo, mapa de localização e roteiro de acesso à propriedade;
- 2. Carta (s) imagem (s), projeto técnico e fotos da propriedade;
  3. Documentos pessoais do representante legal da Empresa, ou pessoa física:
- 4. Documentos pessoais do responsável técnico;
- 5. Anotação de responsabilidade técnica ART do Engenheiro subscritor do projeto;
- 6. Titulo definitivo da propriedade, emitido pelo Grupo Executivo de Terras do Araguaia GETAT (INCRA) ou ITERPA;
  7. Certidão de autenticidade emitida pelo INCRA ou ITERPA
- Certidão de autenticidade emitida pelo INCRA ou ITERPA confirmando a legitimidade do titulo dominial;
- 8. Certidão de Registro do Imóvel, junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
- 9. Cadeia dominial completa do referido imóvel;
- Cadastro Ambiental Rural CAR da propriedade;
- 11. Instrumento particular de contrato social da Empresa, juntamente com respectivas alterações, se houver;
- 12. Publicação do pedido de LAR Licença de Atividade Rural para o empreendimento, no Diário Oficial e em jornal de circulação local;
- 13. Certificado de Cadastramento de Imóvel rural CCIR, junto ao INCRA;
- 14. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica CNPJ e Inscrição Estadual da Empresa;
   15. Certidões negativas da Secretaria de Estado da Fazenda, de
- natureza tributária e não tributária;

  16. Certidão negativa de débitos previdenciários, junto à Receita
- 16. Certidão negativa de débitos previdenciários, junto à Receita Federal;
- 17. Certidão negativa de débito junto ao IBAMA;
- 18. Certidão negativa de débitos de tributos federais e à Divida Ativa da União; 19. Certidão negativa de débitos, relativa ao Imposto sobre a
- Propriedade Territorial Rural ITR 20. Procuração pública, outorgada ao responsável técnico pelo
- Projeto:
  21. Cadastro Técnico de Atividade de Defesa Ambiental CTDAM
- do responsável técnico;

  22. Pagamento da Taxa de Licença de Atividade Rural LAR, para o Empreendimento proposto, em valor adequado a este.
- estabelecido pela Resolução COEMA nº 85 de 09/08/2010; 23. Cadastro de Atividade Agrosilvopastoril

Outrossim, informamos que o não cumprimento da solicitação supracitada, no prazo estipulado acima, implicará no arquivamento do referido processo.

### NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 763451 NOTIFICAÇÃO Nº 26694/UNRE3/COGER/DIPLAN/2014 PROCESSO Nº 2010/34770

Α

FAZENDA BERRANTE DE OURO – FAZENDA BERRANTE DE OURO End: ZONA RURAL

CEP: 68.500-000 - Marabá-Pa

Em atenção ao processo protocolado na Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA, sob o nº. 2010/34770 em 14/12/2010, no qual foi solicitado **Licença de Atividade Rural (LAR)** para Bovinocultura (código da atividade: 0105-2), no município de Marabá - PA, esta Unidade Regionalizada **notifica** V.Sa. a atender dentro do prazo de **120 dias**, através de Ofício, as exigências abaixo relacionadas, para que possamos dar prosseguimento à análise do referido processo:

Pendências

"Quanto aos documentos apresentados, em análise perfunctória, pode-se verificar ausência e irregularidade nos seguintes:"

- 1. Mapa e memorial descritivo, mapa de localização e roteiro de acesso à propriedade;
- Termo de Averbação de Reserva Legal;
- 3. Termo de compromisso de regularização ambiental assinado pelo requerente ou representante legal, comprometendo-se ao cumprimento de todas as etapas do licenciamento ambiental rural, dispostas no Anexo III da In 01/2003 SEMA;
- 4. Carta (s) imagem (s), **projeto técnico** e fotos da propriedade;
- 5. Documentos pessoais do representante legal da Empresa, ou pessoa física;
- 6. Documentos pessoais do responsável técnico;
- 7. Anotação de responsabilidade técnica ART do Engenheiro subscritor do projeto;
- 8. Titulo definitivo da propriedade, emitido pelo Grupo Executivo de Terras do Araguaia GETAT (INCRA) ou ITERPA;
- Sertidão de autenticidade emitida pelo INCRA ou ITERPA confirmando a legitimidade do titulo dominial:
- 10. Certidão de Registro do Imóvel, junto ao Cartório de Registro de Imóveis:
- 11. Cadeia dominial completa do referido imóvel;
- Instrumento particular de contrato social da Empresa, juntamente com respectivas alterações, se houver;
   Publicação do pedido de LAR – Licença de Atividade Rural
- Publicação do pedido de LAR Licença de Atividade Rural para o empreendimento, no Diário Oficial e em jornal de circulação local;
- 14. Certificado de Cadastramento de Imóvel rural CCIR, junto ao INCRA:
- 15. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica CNPJ e Inscrição Estadual da Empresa;
- 16. Certidões negativas da Secretaria de Estado da Fazenda, de natureza tributária e não tributária;
- 17. Certidão negativa de débitos previdenciários, junto à Receita Federal;
- 18. Certidão negativa de débito junto ao IBAMA
- 19. Certidão negativa de débitos de tributos federais e à Divida Ativa da União;
- 20. Certidão negativa de débitos, relativa ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR 21. Procuração pública, outorgada ao responsável técnico pelo
- Projeto; 22. Cadastro Técnico de Atividade de Defesa Ambiental – CTDAM do responsável técnico:
- 23. Pagamento da Taxa de Licença de Atividade Rural LAR, para o Empreendimento proposto, em valor adequado a este, estabelecido pela Resolução COEMA nº 85 de 09/08/2010;
- 24. Cadastro de Atividade Agrosilvopastoril.

Outrossim, informamos que o não cumprimento da solicitação supracitada, no prazo estipulado acima, implicará no arquivamento do referido processo.

#### NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 763453 NOTIFICAÇÃO Nº 26604/UNRE3/COGER/DIPLAN/2014 PROCESSO Nº 2010/34950

FAZENDA NOSSA SENHORA DE LOURDES — FAZENDA NOSSA SENHORA DE LOURDES

End: GLEBA CABACEIRA

CEP: sem cep - Rio Maria-Pa

Em atenção ao processo protocolado na Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA, sob o nº. 2010/34950 em 23/11/2010, no qual foi solicitado **Licença de Atividade Rural (LAR)** para Bovinocultura (código da atividade: 0105-2), no município de Rio Maria - PA, esta Unidade Regionalizada **notifica** V.Sa. a atender dentro do prazo de **120 dias**, através de Ofício, as exigências abaixo relacionadas, para que possamos dar prosseguimento à análise do referido processo:

Pendências

"Quanto aos documentos apresentados, em análise perfunctória, pode-se verificar ausência e irregularidade nos seguintes:"

1. Mapa e memorial descritivo, mapa de localização e roteiro de

acesso à propriedade;

- 2. Carta (s) imagem (s), projeto técnico e fotos da propriedade;
- 3. Documentos pessoais do representante legal da Empresa, ou pessoa física;
- 4. Documentos pessoais do responsável técnico;
- 5. Anotação de responsabilidade técnica ART do Engenheiro subscritor do projeto;
- 6. Titulo definitivo da propriedade, emitido pelo Grupo Executivo de Terras do Araguaia GETAT (INCRA) ou ITERPA;
- 7. Certidão de autenticidade emitida pelo INCRA ou ITERPA confirmando a legitimidade do titulo dominial;
- 8. Certidão de Registro do Imóvel, junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
- 9. Cadeia dominial completa do referido imóvel;
- 10. Cadastro Ambiental Rural CAR da propriedade:
- 11. Instrumento particular de contrato social da Empresa, juntamente com respectivas alteracões, se houver:
- 12. Publicação do pedido de LAR Licença de Atividade Rural para o empreendimento, no Diário Oficial e em jornal de circulação local;
- 13. Certificado de Cadastramento de Imóvel rural CCIR, junto ao INCRA;
- 14. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica CNPJ e Inscrição Estadual da Empresa;
- 15. Certidões negativas da Secretaria de Estado da Fazenda, de natureza tributária e não tributária;16. Certidão negativa de débitos previdenciários, junto à Receita
- Federal;

  17. Certidão negativa de débito junto ao IBAMA:
- 18. Certidão negativa de débitos de tributos federais e à Divida
- 19. Certidão negativa de débitos, relativa ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR
- 20. Procuração pública, outorgada ao responsável técnico pelo Projeto;
- 21. Cadastro Técnico de Atividade de Defesa Ambiental CTDAM do responsável técnico;
- 22. Pagamento da Taxa de Licença de Atividade Rural LAR, para o Empreendimento proposto, em valor adequado a este, estabelecido pela Resolução COEMA nº 85 de 09/08/2010;

23. Cadastro de Atividade Agrosilvopastoril.

Outrossim, informamos que o não cumprimento da solicitação supracitada, no prazo estipulado acima, implicará no arquivamento do referido processo.

# DIÁRIA NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 763199

PORTARIA: 2345/2014

Objetivo: AOS TÉCNICOS REALIZAREM VISTORIA E AO

MOTORISTA CONDUZIR VEÍCULO OFICIAL Fundamento Legal: DECRETO N° 734/1992, LEI 5.810 ART 145

A 149 E ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 01/200-AGE/PA. PRAZO PARA ENTREGA DE RELATÓRIO DE VIAGEM: 05 (CINCO) DIAS APÓS RETORNO DE VIAGEM.

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

BARCARENA/PA - Brasil

IGARAPÉ-MIRI/PA - Brasil<br

Servidor(es):

59145811/AMANDA GENTIL NERY (ENGENHEIRO SANITARISTA) / 2.5 diárias (Completa) / de 22/10/2014 a 24/10/2014

58983321/IVONE CRISTINA MAGALHAES MUNIZ (TECNICO EM GESTAO DE MEIO AMBIENTE) / 2.5 diárias (Completa) / de 22/10/2014 a 24/10/2014

571943771/LEONARDO SILVA DA SILVA (MOTORISTA) / 2.5 diárias (Completa) / de 22/10/2014 a 24/10/2014<br

Ordenador: JOSÉ ALBERTO DA SILVA COLARES

# DIÁRIA NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 763324 PORTARIA: 2369/2014

Objetivo: REALIZAR SENSIBILIZAÇÃO E ENTREGA DE OFICIOS EM INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS E DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA.

Fundamento Legal: DECRETO N° 734/1992, LEI 5.810/1994, ART. 145 A 149 E ORIENTAÇÃO NORMATIVA N° 01/2008-AGE/PA. \*PRAZO PARA ENTREGA DE RELATÓRIO DE VIAGEM: 05 (CINCO) DIAS APÓS O RETORNO DA VIAGEM.

Origem: MARUDÁ/PA - BRASIL

Destino(s):

MARACANÃ/PA - Brasil<br/>br

Servidor(es):

59146091/REGINALDO DA CONCEIÇÃO TEIXEIRA (AUXILIAR OPERACIONAL) / 1.5 diárias (Completa) / de 29/10/2014 a 30/10/2014 < br

Ordenador: JOSÉ ALBERTO DA SILVA COLARES





